



Nossa União...



08/04/05 - Assembléia Geral da Campanha Salarial 2005



17/06/05 - Passeata no Quarteirão da Saúde da Campanha Salarial 2005



29/09/05 - Audiência Pública na Alesp sobre reajuste salarial

...e nossa Organização em 2005.



25/10/05 - Ato Público durante greve dos trabalhadores do Consaúde



28/07/05 - Greve contra ala de presos no Hospital Heliópolis



13/06/05 - MPT: espaço de negociação entre trabalhadores e governo



Mai/05 - Trabalhadores recebem o pagamento de ações judiciais ganhas pelo Sindsaúde-SP

Nossa História de Luta continua em 2006.



07/10/05 - Conselho de DSB's debate 8º Congresso



15/07/05 - Encontro regional para a 3ª Conferência Saúde do Trabalhador

Até 10 de fevereiro, acontecem as etapas locais do 8º Congresso. Sua participação é fundamental. Em março, começa a etapa regional.





1995-2005: Dez Distorções ap



Com a eleição de FHC e Covas em 1995, PSDB/PFL colocam em prática seu projeto neoliberal do estado mínimo.

Privatização do patrimônio público

Entrega de empresas e bens públicos à iniciativa privada nacional e internacional, por meio de transações até hoje obscuras.

Desmonte do serviço público

Reformas administrativa e previdenciária, visando o estrangulamento do funcionalismo - grande entrave ao projeto neoliberal.

Alegando a necessidade de modernizar e agilizar a gestão pública, FHC/Covas iniciam o enxugamento da máquina administrativa.



Demissão de

Avaliação punitiva

Em maio de 1995, após um processo truculento de avaliação de funcionários (CLT, Lei 500 e Efetivos) com menos de dois anos de serviço público, o governador indicou o total de trabalhadores a serem demitidos. Na saúde, 15 mil estavam na linha de corte.

Sindsaúde-SP mobiliza a categoria, ganha liminar contra o processo de avaliação e as demissões são suspensas. O governo recorre em todas instâncias e, finalmente, em dezembro de 1995 o mandado de segurança é julgado em definitivo, proibindo as demissões.

PDV

Em junho de 1995, com a irrisória "indenização" de 50% do salário mensal por ano de serviço até o limite de 10 anos, o governador implanta o Programa de Demissão Voluntária. Mais uma vez o Sindsaúde-SP combate o desmonte do funcionalismo. Alerta os trabalhadores sobre a ilusória "indenização" e o alto índice de desemprego no país.

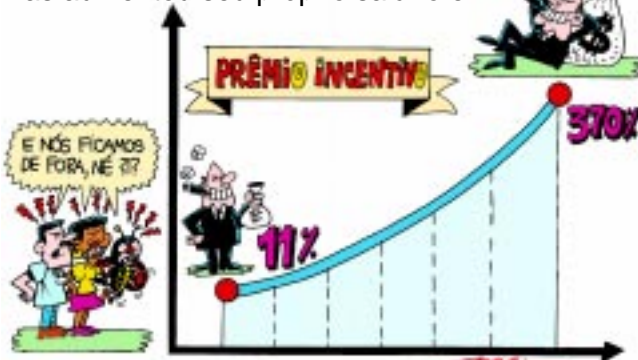
Valorização dos algozes

Uma das principais estratégias de FHC/Covas é privilegiar um staff - pessoas de confiança e chefias - para executar e impor as reformas neoliberais.

o dos secretários e cargos de confiança (chefias) em mais de 100%. O gasto, mais de R\$ 74 milhões, era maior do que o dobro da folha de pagamento da saúde.

Aumento salarial

Em 1995, o governador Mário Covas aumentou seu próprio salário e



Aumento de gratificação

Em fevereiro de 2005, o Secretário da Saúde aumenta o Prêmio de Incentivo somente para os cargos de confiança de 11% a 370%.

Mais aumento salarial

Em abril de 2005, a mesa diretora da Assembleia Legislativa altera a Constituição Estadual, possibilitando aumento dos salários do Governador, vice-governador, secretários estaduais e deputados estaduais.





2 anos de malfeitos profundam injustiças

Trabalhadores

dos Lei 500

Novamente, de forma autoritária, Governo Alckmin apresenta projeto para demitir funcionários Lei 500 não estáveis.

Na Saúde, há 30 mil na linha de corte e 2.800 funcionários da Lei 733 passíveis de demissão imediata.

A revolta do funcionalismo, representada pela manifestação de mais de 10 mil professores no dia 4 de outubro, faz governador recuar.

Mesmo com as declarações de que não haveria demissões, o Sindsaúde-SP continua alerta. Afinal a destruição do funcionalismo faz parte da estratégia dos neoliberais.



E na Capital, Projeto das OSs na Saúde é aprovado pela Câmara no dia 3 de janeiro.



Arrocho salarial



Uma das formas de acabar com os serviços públicos é arrochar os salários dos funcionários.

Em 1995, o autoritarismo e a falta de diálogo levaram os trabalhadores da Saúde a greve. Após 36 dias, conquistamos a Gratificação Executiva, equiparação da GEA e GESC, incorporação da Gratificação Especial e instituição do Prêmio de Incentivo. O Governador Covas se comprometeu em estabelecer data-base em março. Porém não cumpriu acordo.

Em 2005, o governador enrolou os trabalhadores e, como em 2004, protelou a revisão salarial para o segundo semestre, impondo um reajuste indecente, divisionista e autoritário.

Porém uma importante conquista foi a emenda à lei do reajuste instituindo uma data-base e um processo de negociação.

Campanha Salarial de 2006

Agora estamos em ano de eleição. A legislação eleitoral impõe limites em nosso calendário de luta. A disputa eleitoral pode nos ajudar a expor mais facilmente as mazelas desse governador e fortalecer nossa luta por salário digno e melhores condições de trabalho.

Porém qualquer avanço em nossa luta sempre foi e sempre será fruto de nossa organização e nossa mobilização.

Reforma Previdenciária

Remendo I

Em 1998, FHC empurrou uma reforma previdenciária prejudicando seriamente a prestação dos serviços públicos à população. Os estragos promovidos repercutem até hoje.

Remendo II

Em 2003 é aprovado aumento de mais 5% na alíquota de contribuição do funcionalismo.

Remendo III

Foi aprovada a criação de autarquia – SP-Prev - para cuidar das aposentadorias e pensões do funcionalismo civil e militar.

Porém há inúmeros questionamentos sobre a prestação de contas do IPESP; o destino do passivo atual da previdência; a falta de paridade entre os conselheiros da SP-Prev; a indefinição da contrapartida do governo; a possibilidade de novo aumento da contribuição do funcionalismo, entre outros.

Basta de remendos!



Por isso, reivindicamos um projeto global.

Não queremos mais remendos mal costurados às pressas.



Em 2006, vamos continuar juntos fazendo nossa história



DIREITOS DO TRABALHADOR

Via judicial

□ Resultado da falta de diálogo

A política neoliberal na área de Recursos Humanos produziu inúmeros estragos, gerando milhares de ações trabalhistas.

Em defesa de seus filiados, o Sindsaúde-SP tem acionado a justiça para reaver nossos direitos.

Muitas ações já foram julgadas favoráveis aos trabalhadores. Porém o governador não honra essa

dívida e ainda por cima quer transferir a responsabilidade para terceiros.

□ Resistência tem limite

Na espera de receber seus direitos, muitos trabalhadores já morreram.

Precatórios: calote à vista

Governador quer criar uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) para possibilitar a permuta das dívidas de terceiros junto

ao governo pelas dívidas do governo (precatórios). Assim, ações trabalhistas ganhas por servidores poderão ser desvalorizadas.

Além disso, estas transações não são computadas no orçamento, abrindo espaço para desvio de verbas.

Confira nossa agenda para 2006



Período	Evento
até 17 de janeiro	Prazo para a realização das Conferências Regionais de Gestão do Trabalho
até 10 de fevereiro	Etapas Locais do 8º Congresso do Sindsaúde-SP
3 a 5 de fevereiro	3ª Conferência Estadual de Gestão do Trabalho
março a maio	Etapas Regionais do 8º Congresso do Sindsaúde-SP
março	Campanha Salarial
20/março a 9/abril	Período para a realização de assembléia para eleição de delegados ao 11º CECUT/CONCUT
27 a 30 de março	3ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho
10 a 13 de maio	11º CECUT
6 a 9 de junho	9º CONCUT
13 a 15 de julho	Etapa Estadual do 8º Congresso do Sindsaúde-SP
agosto	Assembléia de abertura do processo eleitoral do Sindsaúde-SP
3 de outubro	1º Turno das Eleições Gerais
novembro	Eleição para Diretoria do Sindsaúde-SP
15 de novembro	2º Turno das Eleições Gerais



Mais trabalhadoras recebem o cheque de ações judiciais ganhas pelo Sindsaúde-SP 21/12/05



8º Congresso

A Etapa Estadual será nos dias 13, 14 e 15 de julho de 2006